

A imprensa e o reconhecimento da independência Angola. Uma interferência tardia da sociedade no processo decisório da política externa brasileira.

Jacqueline Ventapane Freitas*

Em 15 de março de 1974, toma posse o general Ernesto Geisel, como o 29º presidente da República brasileira, com a proposta de instituir o processo de normalização democrática para o país, depois dos anos de regime militar que se constituiu após o golpe civil-militar de 1964. Geisel, apesar de sua proposta de abertura controlada, não propusera uma ruptura ou descontinuidade do sistema militar vigente, mas sim buscou uma transição necessária, face ao esgotamento do sistema, que não afetasse, diretamente, os pilares do regime. Ao lado da constituição de uma nova etapa na política interna do Brasil, sua ascensão representaria, também, uma nova proposta de inserção do país no sistema internacional, com a ampliação do diálogo e da busca do consenso, em campos interno e externo.

Com o nome de Pragmatismo Ecumênico e Responsável, a nova linha da Política Externa Brasileira surgia como a continuidade e a consolidação do projeto de *País Grande* que se constituía no pensamento estratégico brasileiro desde os anos 1950, mas que havia se afirmado, principalmente, durante o governo anterior do presidente Médici. A Política Externa baseada no binômio Segurança-Desenvolvimento viria a se inverter, com a consolidação da retomada de uma política externa mais globalista e autonomista, que havia sido deixada de lado com o golpe de 1964. Depois de um breve período de alinhamento automático com os Estados Unidos, nos primeiros anos do regime autoritário, já no governo Costa e Silva - quando se implementou a chamada *Diplomacia da Prosperidade* -, a política externa brasileira voltou a se pautar novamente pela autonomia e pela busca do desenvolvimento. Estes objetivos perseguidos pelo Estado brasileiro e pelos formuladores da política externa do país, desde a década de 1950, vão estar presentes de forma bastante intensa no governo Geisel e são fundamentais para o entendimento de algumas decisões tomadas naquele período. Repleto de conflitos internos à própria classe dominante, esse processo sofreu

* Doutoranda em Ciência Política/Inserção do Brasil nas Relações Internacionais e Estratégicas - Universidade Federal Fluminense

influência de vários grupos de interesses, embora os canais institucionais de participação política continuassem proibidos e sob vigilância.

Para o desenvolvimento econômico e industrial do país, era necessário garantir um espaço de atuação internacional e de autonomia política na condução das questões econômicas, visando a exportação de seus produtos e, ao mesmo tempo, a obtenção de capital e tecnologia necessários a esse mesmo desenvolvimento. Os militares almejavam para o Brasil uma posição de importância no quadro mundial, mais de acordo com suas dimensões continentais e onde o país passaria de espectador a ator ativo. O Brasil já vinha em um processo de crescimento econômico significativo nos governos militares anteriores, especialmente, com Médici, durante o chamado "Milagre Econômico". As novas condições internacionais daqueles anos permitiram esse crescimento econômico e permitiram que se pensasse o projeto de "potência emergente" para o país, maximizando as condições de desenvolvimento e um aumento do prestígio e de poder do Brasil.

Considerando-se a política externa como um mecanismo de desenvolvimento do país, ao buscar os recursos financeiros e tecnológicos para dar suporte às suas ações, o governo Geisel veio a ser o ápice de uma política autônoma e de diversificação da agenda nacional. As decisões brasileiras nesse importante setor estratégico da política nacional tinham interesse particular do presidente - o centralismo decisório (GÓES, 1978:20) - e definiu uma nova distribuição de poder dentro do aparelho do Estado, tornando o Palácio do Planalto, junto com a atuação do Ministro das Relações Exteriores, o centro de tomada de decisões de política externa.

No início do governo Geisel, veio a ocorrer uma grave crise energética internacional, com importante impacto no processo decisório da política externa brasileira, ainda que repercutisse no país os benefícios do "milagre econômico" dos anos anteriores. Nesse *imbroglio* energético, as decisões sobre o acordo nuclear com a República Federal Alemã, a aproximação com os países do Oriente Médio, membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP e com os países da África Negra, importantes fornecedores de petróleo, surgiram como a necessidade de busca de novos parceiros que pudessem viabilizar o desenvolvimento do país, mesmo diante da grave crise, que aumentou, enormemente, a dívida externa brasileira. Houve a necessidade de se modificar a estrutura produtiva, novas frentes de exportação precisavam ser abertas e novas prioridades econômicas foram definidas. Aumentou-se,

com isto, a necessidade de capitais, tecnologia e alto consumo de energia. Para que o crescimento não fosse interrompido, mesmo com a crise, era preciso adquirir tecnologia de ponta, como a energia nuclear.

Diante do novo quadro internacional e do esgotamento do modelo ditatorial militar, as percepções geopolíticas do governo Geisel já não tinham tanto o aspecto ideológico como parâmetro para as relações dentro do sistema internacional. Agora, o econômico tornara-se o elemento prioritário, sendo essencial a busca de novos mercados e de suprimento de petróleo. Na outra ponta da política externa do país, que buscava resolver os problemas oriundos da crise energética, as crises políticas internas se acentuavam em torno do projeto interno de "distensão lenta e gradual". O jornal *Folha de S. Paulo*, na sua edição de 20 de junho de 1975, ao noticiar o encontro do então ministro da Justiça, Armando Falcão, com deputados da ARENA, deixa bastante claro que os dois projetos se intercambiavam nas ações do governo central:

*O País está em clima de absoluta tranquilidade, mas o processo de distensão gradual, em curso, não importará, em hipótese alguma, na supressão dos diplomas legais excepcionais. A bancada arenista da Câmara dos Deputados influirá na escolha do próximo presidente da agremiação majoritária. O Congresso deve iniciar, imediatamente, o debate da **política nuclear brasileira**.*

A crise energética internacional atingiu a aliança entre empresários e a tecnoburocracia que havia sustentado o regime desde seu início, fazendo com que a contestação quanto aos rumos da política econômica do governo fosse crescente. Aumentavam as clivagens internas entre os elementos da base de apoio, assim como crescia o poder autônomo da comunidade de informações, apesar da diminuição de movimentos armados de oposição. Para lidar com essas dificuldades, o presidente alterava os rumos da política externa, tendo o seu olhar voltado, também, para a conjuntura internacional adversa. Nas palavras do embaixador Ovídio de Andrade Melo,

(..) a crise do petróleo causa-nos crescentes dificuldades. Em busca de saldos comerciais, é imprescindível que ampliemos nosso intercâmbio, inclusive com países árabes, com países da África Negra, antes negligenciados. Para ter relações normais com uns e outros, teremos, necessariamente, de rever algumas posições políticas que vínhamos assumindo desde 1964, de irrestrito apoio a Israel e a Portugal. Gibson [Gibson Barboza, então Ministro das Relações Exteriores do presidente Médici] organiza, então, uma missão à África Negra já independente, Nigéria, Gana, Senegal etc., missão que certamente seria a cada passo chamada a pronunciar-se sobre a posição brasileira com relação às colônias portuguesas naquele continente. De Londres, acompanhando com curiosidade os resultados daquela missão,

podia eu pressentir que nada de positivo resultaria. De fato, anos mais tarde, em entrevista com Marcelino dos Santos, da FRELIMO, essa missão foi por ele lembrada com incontinente irritação. Disse-me que Gibson de começo havia suscitado muitas esperanças, para depois causar ainda maiores decepções, pois viera à África para reiterar as posições brasileiras tradicionais, favoráveis ao colonialismo português.

Nesse quadro que se insere o reconhecimento da independência de Angola, sob o regime marxista do Movimento Popular pela Libertação de Angola - MPLA, resistindo à inúmeras pressões internas e externas. Internamente, a comunidade portuguesa no país, aliada a outros grupos de interesse, buscava influenciar a opinião pública através da grande imprensa. Externamente, mesmo com a nova constituição política advinda com a Revolução dos Cravos, que caminhava para a solução do problema colonial, pressões vinham de Lisboa para que o país não apoiasse o processo de descolonização no continente africano.

De todas as colônias portuguesas no continente africano, Angola viria a ser aquela de maior interesse para o país, não apenas pelos seus laços culturais, mas por sua importância econômica e sua posição geográfica em relação ao país. As mudanças que ocorriam na África portuguesa, portanto, tinha especial interesse para o Brasil. Se até então, as relações se estabeleciam através de Lisboa, com o processo de independência das colônias portuguesas, estas deveriam ser, diretamente, com os novos países que se constituíam. Assim, diante do fato consumado pelo Acordo de Alvor, sobre a inexorável independência de Angola, a primeira providência do governo Geisel foi o estabelecimento da Representação Especial no país, tendo a frente, o embaixador Ovídio de Andrade Melo. Com essa atitude, o governo brasileiro rompia com o posicionamento tradicional dos governos militares de aliança com Portugal na questão africana e ampliava o diálogo com as novas nações do continente.

No caso de Angola, a aproximação era um processo delicado, internamente, tornando-se alvo de discussão dentro do Itamaraty, e entre as forças da chamada “linha-dura”, que viam a aproximação como um ataque frontal ao ideário anticomunista do regime instalado em 1964. Além disto, também incorporava outras forças que tinham interesses próximos aos norte-americanos, para quem a postura da diplomacia brasileira com o ato do reconhecimento criara problemas de ordem diversas. Como afirma Sombra Saraiva, fica claro que o reconhecimento da independência de Angola foi muito importante para o fortalecimento da posição brasileira no sistema internacional,

particularmente entre os países do então chamado Terceiro Mundo, com o crescimento não apenas das transações mercantis com os países africanos, mas ampliando também o comércio com os países árabes. Segundo o autor, o primeiro aspecto a ser considerado na decisão brasileira é o fato de que, em 24 de novembro de 1973, o Brasil foi ameaçado com o embargo do petróleo, por conta de suas posições na África Austral. O segundo ponto tem relação com a votação nas Nações Unidas na questão ao projeto da construção de Itaipú e Corpus, em que se desejava contar com o apoio da África negra. Finalmente, além da necessidade de contar com a diversidade de parcerias, tem que se considerar o momento difícil das relações com os Estados Unidos, inclusive por conta do projeto de Acordo Nuclear do Brasil com a Alemanha Federal, em junho de 1975.

Como assinala Vizentini,

Angola era um dos países mais interessantes para o tipo de relacionamento que o Brasil buscava. Sua riqueza em petróleo, minério de ferro e diamantes, e a língua comum, permitiria e facilitaria o intercâmbio comercial, técnico e de know how. O Brasil, a partir dos estudos de Zappa, concluíra que o governo do MPLA tinha mais chance de vencer a disputa. Ora, o cálculo brasileiro foi no sentido de ganhar a confiança do MPLA o mais cedo possível, até para contrabalançar uma influência excessiva dos soviéticos.

No campo internacional, o reconhecimento do governo do MPLA foi um desafio à política norte-americana para a África Austral, ainda que tivessem havido contatos anteriores entre Azeredo da Silveira e Henry Kissinger, no sentido de se saber a posição clara do governo dos Estados Unidos. A única questão que ficou fora desses contatos foi a presença das forças cubanas logo após a declaração de 11 de novembro.

Em seu livro "Anos de Renovação", Kissinger dedica um capítulo à crise ocorrida em 1976. Nela, os EUA tentaram impedir que o MPLA do médico Agostinho Neto assumisse o governo independente de Angola. Conta como foi enganado pelo presidente de Zâmbia, Kenneth Kaunda, como acreditou em quem não devia (a CIA) e duvidou de quem sabia (os africanistas do Departamento de Estado). Reconhece uma atuação desastrosa e elogia o chanceler brasileiro da época, Azeredo da Silveira. Admite até que lhe faltou tempo para tratar direito do assunto. Silveira, que era chamado de esquerdista em panfletos militares, já morreu.

"Num ponto crucial da crise angolana, quando eu reclamei por que o Brasil reconheceria o MPLA (...), Silveira lembrou-me que o interesse nacional brasileiro estendia-se às possessões portuguesas na África. Era uma continuidade que nenhuma outra antiga colônia reivindicara. O Brasil se sentia livre para consultar seus interesses e sua história, até porque nós não o havíamos consultado nem informado a respeito de nossas intenções."

"Considerando como a coisa acabou, frequentemente eu tenho me perguntado -inclusive ao escrever estas páginas- se devíamos ter tomado as iniciativas que tomamos. (...) Nosso erro básico não esteve na decisão de impedir que os comunistas tomassem Angola, mas no modo como executamos

essa política."

"Na época nós achávamos que Fidel Castro estava agindo como um preposto dos soviéticos. (...) Os dados disponíveis hoje sugerem que o que aconteceu foi o contrário."

Em outra parte do mesmo artigo, o embaixador Ovídio Melo aponta divergências no discurso de Kissinger,

E a questão dos cubanos? Foram eles quem garantiram a vitória do MPLA. O senhor foi acusado de não ter informado ao Itamaraty que havia cubanos em Angola.

Mello - Eu não concordo com a primeira parte de sua pergunta. O MPLA era a mais forte das três facções. O tempo mostrou isso. Uma das coisas que me deu mais alegria nas memórias do Kissinger foi verificar que em nenhum momento ele documenta a afirmação de que havia tropas cubanas combatendo em Angola antes do dia 11 de novembro, quando foi proclamada a independência. Ele diz que havia 230 cubanos no fim da primavera. Se Kissinger tivesse um único documento capaz de provar que havia cubanos combatendo em Angola, teria mostrado. Estou me referindo a combatentes. Os expedicionários cubanos chegaram no dia 11, quando Angola era uma nação independente. Combateram uma invasão sul-africana iniciada um mês antes. Agora, Kissinger diz que não soube da invasão sul-africana, que foi desinformado pela CIA. Eu acho que ele sabia.

Os reflexos no Itamaraty

Mas as consequências foram muitas, principalmente, para um dos principais atores envolvidos, de dentro do Itamaraty. O então representante do Brasil em Luanda, embaixador Ovídio de Andrade Melo, foi proibido de dar entrevistas, transferido para outras embaixadas de menor estatura e teve sua promoção adiada até 1986. Segundo ele, setores conservadores da sociedade brasileira, que se manifestaram através da imprensa, foram contrários ao reconhecimento da independência e, até certo ponto, responsáveis por sua saída de Angola e seu ostracismo nos anos que se seguiram. Em 1978, John Stockwell, chefe da CIA durante o processo de independência em Angola, publicou um livro que, além de mostrar as ações norte-americanas para fortalecer o FNLA, reconhece que a posição brasileira estava coerente com a realidade dos fatos e que, por confrontar seus interesses no país, admite que a CIA teria pressionado o Governo brasileiro a afastar Ovídio de Melo de Luanda. O Itamaraty retrucou, por meio de seu porta-voz, que jamais acataria pressões de governos estrangeiros e que Ovídio agiu seguindo

ordens expressas do Governo brasileiro. Ovídio, entretanto, havia de fato foi substituído, em um processo que não muito bem esclarecido.

(...) porque o reconhecimento de Angola - em boa hora feito e com dificuldades mantido pelo governo brasileiro - continuava a sofrer persistentes pressões internacionais e a ser motivo de acalorada discussão na imprensa brasileira, com reflexos muito graves até na composição de nosso governo. Devemos lembrar que, em 1978, o Ministro do Exército, Silvío Coelho Frota, ao ser demitido inopinadamente, lançou uma proclamação. E nesta, em primeiro lugar, citava o reconhecimento de Angola como um indício da crescente comunização que via na política brasileira. (...)

Frente às acirradas e passionais discussões que essa política suscitou de início e, vez por outra, ainda suscita, o Itamaraty se omitiu na minha defesa, embora haja mantido as relações com Angola . que me pareciam essenciais. A bem destas relações, que de início eram tênues e estavam ameaçadas por pressões internas e externas de todo tipo, calei-me. Nem teria meios eficazes para defender-me, nas condições de censura e intimidação do regime político em que vivíamos.

Em outro depoimento, Ovídio Melo diz que

Também tive minha carreira truncada pelos brasileiros. Eu, que até então tinha estado na Secretaria-Geral, tive postos importantes, chefias de divisão, postos agradáveis na Argentina e em Washington, passei a ter postos extremamente turísticos, bastante agradáveis, mas sem grande peso no contexto da política brasileira. E passei a prezar imediatamente o Congresso, porque fui Embaixador na Tailândia e cumulativamente fui Embaixador na Malásia e em Cingapura, depois de Angola. E nunca passei pelo Senado. O Itamaraty tirou-me do Senado, alegando que eu era um mero cônsul — eu era Cônsul Geral em Londres —, sem importância, e que ia para um país sem importância. Então, dos países com os quais tínhamos relações, a Tailândia passava a ser sem importância, Cingapura e a Malásia igualmente. E o Senado me dispensou.

*Cinco anos depois, fui para a Jamaica, e o mesmo truque foi aplicado. O Vasco Marins, encarregado de relações pelo Congresso, declarou no **Jornal do Brasil** que foi encarregado pelo Silveirinha, pelo Guerreiro, de explicar ao Senado que eu era um mero cônsul ou um embaixador que vinha da Tailândia, sem nenhuma importância; ia para a Jamaica, outro país sem importância, e não precisava ser sabatinado. Com o maior cinismo, ele disse que eu não podia ser sabatinado, porque, se o fosse, a sabatina começaria na Tailândia e terminaria em Angola, ou começaria na Jamaica e terminaria em Angola. E assim seria forçosamente. Devo dizer com franqueza que vivi 76 anos até hoje, dos quais 50 anos trabalhando no Itamaraty. Mas se houve um ano em que aprendi, em que vivi intensamente, foi o de 1975, que passei em Angola. Aprendi sobre a vida, sobre o Itamaraty, sobre política, dez vezes mais do que tudo o que fiz no Itamaraty nesses anos todos de vida.*

Ovídio Melo mantinha interlocução com as três forças que disputavam a hegemonia política no período anterior à declaração de independência e que permaneceram em luta depois. A decisão do governo brasileiro em manter diplomatas na capital foi ousada e diferenciada em relação às outras repartições estrangeiras, que

fecharam suas portas. Depois de meses de observação da evolução do jogo político e considerando ter elementos suficientes para perceber a hegemonia do MPLA em Luanda frente aos outros dois movimentos, o embaixador sugeriu ao Chanceler Azeredo da Silveira que o Brasil deveria estar preparado para reconhecer o governo de fato do MPLA, tendo em vista que a força comandada por Agostinho Neto já governava Angola em meio à guerra civil, expulsando os outros dois movimentos e executando funções administrativas.

Fui então para Angola com instruções para ficar neutro, sem favorecer qualquer partido, em eleições ou lutas que ocorressem, como executor de uma política que era bem nacional apenas porque parecia inspirada em Machado de Assis: "Ao vencedor, as batatas".

O percurso da tomada de decisão do governo brasileiro em reconhecer o novo país africano já se dava desde 1974, mas teve um reforço em janeiro de 1975, quando o embaixador Ovídio desembarcou em Luanda, vindo de Londres. Antes de se fixar no país, encontrou os três líderes das facções que lutavam pelo poder em Angola: Holden Roberto, Agostinho Neto e Jonas Savimbi, esperando contar com a concordância dos três para a abertura do Escritório de Representação brasileiro. Em agosto, o embaixador expediu o telegrama em que apontava a necessidade de reconhecer o MPLA quando chegasse a data prevista para a independência, conforme o Acordo de Alvor. O despacho do Itamaraty que informava que o reconhecimento pelo governo brasileiro deveria se dar em 10 de novembro, às 20 horas de Brasília, portanto, exatamente, meia noite em Luanda, somente chegou à Ovídio, na véspera. Na mesma data do reconhecimento, seria levado para assinatura de Geisel, o decreto que determinava a abertura da embaixada do Brasil em Luanda.

Apesar do Brasil ter se comprometido com a neutralidade entre as três forças, a realidade dos fatos teria levado o país a reconhecer o governo do MPLA. Mas, a presença brasileira seria repleta de movimentos contraditórios anteriores. Ítalo Zappa, chefe da Divisão de África do Itamaraty, sugeriu o fechamento do escritório de representação em Luanda, que teve manifestação contrária de Ovídio Melo. Diante dos argumentos de Ovídio, Geisel e Azeredo da Silveira mantiveram a decisão de reconhecer o "governo instalado" em Luanda, no entanto, diminuindo o nível das relações com as autoridades do governo angolano. Para isto, optou por retirar Ovídio de Angola, designando, por telegrama ao Ministro das Relações Exteriores de Angola, José

Eduardo dos Santos, o então Conselheiro Affonso Celso de Ouro Preto como novo Encarregado de Negócios.

Enquanto o regime, dentro da lógica do Pragmatismo Ecumênico e Responsável, teve a visão de que era essencial uma relação mais efetiva com o continente africano para que o país alcançasse a posição que ambicionava no sistema internacional, desconsiderando implicações ideológicas, setores da base de apoio ou mesmo setores de dentro do governo tinham uma posição contrária e utilizaram o espaço da imprensa para debater, mesmo que ainda estivessem vigorando os instrumentos de exceção, como o Ato Institucional n. 5, de 1968, e a Lei 1077, de 1970. Mais que espaço possível de democratização, as discussões internacionais na imprensa representavam a face pública dos conflitos entre os grupos. Analisar os conflitos latentes que se apresentaram através da imprensa, em grande maioria, representando os interesses contrários ao reconhecimento do governo marxista de Angola, junto ao processo de decisão de Geisel, amparado por seu chanceler, permite que se identifique a influência dos fatores domésticos em assuntos de política externa e as coalizações de poder favoráveis e desfavoráveis ao governo.

Nesse contexto, transição e política externa interagiram de forma significativa e Geisel utilizou o processo decisório de política externa como instrumento de fortalecimento de seu projeto político de controle das forças de oposição, inclusive dentro das próprias Forças Armadas. Um reconhecimento, também, considerado relevante pela oposição. Em junho de 1975, os militares da linha-dura elaboraram um relatório, sob a égide do Centro de Informações do Exército, intitulado *Estudo e Apreciação sobre a Revolução de 1964*, com uma minuciosa análise que objetivava determinar os caminhos para controlar o processo de abertura política, fazendo duras críticas a Geisel, nos campos interno e externo, apontando como uma “falha” do governo Geisel, que este também não estabelecera um plano de ação. O plano de ação escolhido seria o “velho e conhecido pragmatismo”, ou seja, não baseado em princípios morais, mas “despido de princípios”, que terminaria destruindo a si próprio. A abertura “é a permissão para o inimigo entrar, em cunhas profundas e talvez definitivas, dentro do campo da Revolução de 64. Por isso está inquietando e pode dividir as FFAA” (BAFFA, 1998:51-60).

Geisel e seu chanceler enfrentaram os setores insatisfeitos das Forças Armadas

com o processo de distensão que empreendiam. E ambos utilizaram a política externa frente às ameaças que esses e outros setores representavam ao buscarem interferir nos processos políticos internos. Dentro deste mesmo quadro, Vizentini aponta para os aspectos em que as decisões da política externa são defendidas por alguns setores hegemônicos do bloco de poder que dá suporte ao governo, e não o seu conjunto, e que grupos de interesses conseguem influir em determinadas áreas da política externa. O que leva à preocupação com a articulação entre as políticas externa e interna como sendo uma relação dialética, onde "nem sempre existe uma afinidade formal absoluta". Para este autor, "a política externa resulta, em última instância, dos parâmetros de formação social que lhe dá origem, e da articulação complexa desta ao meio internacional". As relações econômicas entre Brasil e Angola não foram tão desenvolvidas como se esperava, apesar da presença de algumas empresas privadas nacionais em território angolano, como a Volkswagem do Brasil e da rede Pão de Açúcar, que recebeu US\$ 5 milhões do governo brasileiro para manter o país abastecido de produtos alimentícios.

Sem sombra de dúvidas, o início da “distensão” promovida pelo governo Ernesto Geisel ajuda a explicar certo “afrouxamento” da censura que havia sobre os meios de comunicação – inclusive com o fim da “censura prévia” -, principalmente partir de 1975. No entanto há que se notar que mesmo no período de maior controle sobre a mídia, a censura se aplicava mais ao noticiário interno, sendo o internacional menos sujeito à ação dos censores. Tal fato levou os principais grupos de comunicação brasileiros a investirem bastante neste segmento, deixando de ser meros repetidores das notícias transmitidas pelas agências internacionais e passando a ter um corpo de correspondentes no exterior:

Uma outra estratégia de sobrevivência diante da censura aos assuntos políticos nacionais foi dar ênfase ao jornalismo internacional. A Rede Globo, no seu Jornal Nacional, jornal diário e o de maior audiência da televisão brasileira, investiu na formação de correspondentes no exterior e deu maior espaço ao noticiário internacional. A Revolução dos Cravos teve grande cobertura, assim como todas as notícias sobre a queda de velhas ditaduras, como a da Espanha. Era uma maneira de mostrar ao público brasileiro os passos dados por outros países em direção à democracia.

Por outro lado, tal explicação parece ser insuficiente para o entendimento da grande liberdade com que temas como a independência de Angola foram debatidos

pelos principais veículos da grande imprensa no Brasil. Neste sentido, nos parece claro que a maior flexibilidade do regime para com o noticiário internacional – e principalmente no em relação a alguns eventos bastante definidos - também pode ser entendida no âmbito das diretrizes da política externa brasileira naquele momento em que uma lógica mais globalista a norteava. Neste sentido, esse noticiário também se tornava um espaço de debates, cuidadosamente articulado por Geisel, Golbery e Azeredo da Silveira e reconhecido pelos grupos que sustentavam a própria base do governo, bem como por seus opositores. Portanto, a atuação da imprensa nesse período pode ser entendida dentro da perspectiva proposta por Eytan Gilboa que, em seus estudos sobre os meios de comunicação de massa e as relações internacionais, define como um dos papéis da mídia o de ser um ator **instrumental** utilizado pela diplomacia como uma ferramenta para mobilizar suporte e lograr acordos.

Dois episódios tiveram grandes debates foram travados na imprensa no mesmo período: o voto brasileiro na ONU condenando o sionismo como racismo e o reconhecimento da independência de Angola sob o governo marxista do MPLA. Na imprensa, figuravam as disputas sobre as questões da crise energética, da crise política que se sucedera às eleições de 1974 e a vitória do MDB, prognóstico de uma vitória futura desse partido de oposição, crises econômicas, os problemas da repressão, por conta da morte de Wladimir Herzog, tudo isto relacionado aos dois atos da política externa do Itamaraty, visto como elementos de agravamento dessas crises. A maior parte das reportagens relacionava os dois atos como um único movimento da nossa diplomacia

Quando o Brasil votou a favor da moção contra o sionismo, apresentada pelos países árabes na ONU, estava acompanhado apenas das nações comunistas lideradas pela União Soviética, onde a liberdade dos judeus é trocada por dólares (...). As reações nacionais que se seguiram ao nosso voto essencialmente racista no âmbito da ONU eram compreensíveis, porque de fato o governo não teria dado, àquela altura, explicações razoáveis que pudessem justificar a posição assumida internacionalmente e que repercutira de modo desfavorável junto à opinião pública brasileira.

*O próprio pragmatismo responsável, que vem sendo adotado pelo Itamaraty, não abrangeria, segundo se informava no âmbito do governo, posições políticas como a que adotamos no caso do voto contra o sionismo, que na verdade, comprometem nossas tradições políticas de solidariedade ao **mundo ocidental e cristão** da nação que se orgulha de ser um modelo de democracia racial.*

O voto contra o sionismo levou às revistas do grupo Adolpho Bloch - *Manchete* e *Fatos & Fotos* - a entrarem num voto de silêncio, onde antes haviam manifestações de apoio ao governo. A revista *Veja*, por sua vez, fez várias reportagens sobre os dois eventos, inclusive, com um número especial na sua edição de 19 de novembro de 1975. Outra importante revista paulista - *Visão*, dirigida por Henry Maksoud, publicou uma análise mais aprofundada sobre as duas ações e sua sujeição ao debate interno, em 8 de dezembro do mesmo ano, que vale a pena reproduzir parte substancial, e a preocupação com as consequências externas do ato.

Resistência à política externa supera previsão

É difícil para o governo conseguir apoio ao seu programa externo, depois do reconhecimento de Angola e do voto anti-sionista.

A repercussão de recentes decisões do governo no campo da política externa ressaltou as dificuldades que o próprio governo encontra para mobilizar apoio e agir com desembaraço, mesmo no setor em que sua ação se reveste de maior coerência e dinamismo (...).

A comparação entre o que se passa na política interna e na política externa não só é pertinente, mas natural e até necessária, uma vez que também a segunda não se faz no vácuo, senão com base na mesma realidade nacional.

E não haverá erro em dizer que o Pragmatismo Ecumênico e Responsável, voltado para a ampliação dos contatos e a busca de oportunidades para o país no mundo, é a face externa da "lenta, gradual e segura distensão" - que abria o diálogo e buscava alternativas para a conciliação democrática da sociedade brasileira.

Um dos principais veículos de informação, no Brasil, que tratavam do tema, tanto da nova constituição do Estado português como da independência de Angola, foi a revista *Veja*, ainda dirigida pelo jornalista Mino Carta. Logo após a divulgação do reconhecimento brasileiro da independência de Angola, na edição de 19 de novembro de 1975, em mais de um espaço da revista, o espanto e as críticas se fizeram presentes

A segunda-feira da semana passada, 10 de novembro, bem que poderia ser comemorada no futuro como o Dia do Pragmatismo Responsável, se a história ainda por ser escrita das relações internacionais der razão ao patrono da nova política externa brasileira, chanceler Antônio Azeredo da Silveira. Pois, nesse dia - e antes mesmo que os países do bloco socialista o fizessem -, o Brasil reconhecia a independência angolana e, implicitamente, a hegemonia política do Movimento Popular para a Libertação de Angola (...). E confirmou no plenário das Nações Unidas - na solitária companhia de Cuba e do México, entre todos os vizinhos latino-americanos o voto que já havia dado na Comissão de Assuntos Sociais, Humanitários e Culturais da ONU a favor da resolução que considera o sionismo como "uma forma de racismo e discriminação racial".

(...) Em sucessivos editoriais, O Estado de S. Paulo classificou como "irresponsável" o pragmatismo de Azeredo da Silveira (...).

Em outra entrevista dada pelo embaixador, desta vez ao jornalista Elio Gaspari, já em 1999, Ovídio aponta para a parcialidade da imprensa brasileira sobre o tema e a forma como as notícias eram tratadas nos jornais brasileiros:

A política externa é uma preocupação de muito pouca gente. A nossa imprensa não produz uma visão brasileira das questões internacionais. A maior parte do material publicado é a tradução do pensamento dos outros. Utiliza-se o noticiário de agências e jornais estrangeiros. Em certos casos, nossa imprensa manda enviados especiais. Eles olham o problema com uma visão brasileira. Frequentemente fazem isso com competência. Em Angola, por exemplo, os repórteres Lutero Mota Soares e Eduardo Pinto, mandados pelo "Jornal do Brasil", perceberam o que estava acontecendo. O jornal publicava nas páginas internas o que eles escreviam e, nas manchetes, o que diziam as agências. Terceirizavam as manchetes. Daqui a pouco, quando os enviados especiais a Kosovo tiverem saído de lá, voltaremos a traduzir as notícias feitas com o olhar alheio.

A que o senhor atribui os ataques que recebeu? Acusaram-no de ter reconhecido o governo de Agostinho Neto sem autorização, de ter omitido a presença de tropas cubanas e de ter favorecido o MPLA.

Mello - Era mais fácil atacar a mim do que ao presidente Ernesto Geisel, que tinha tomado as decisões essenciais. Havia no Brasil um grupo de portugueses fascistas, alguns policiais expatriados e também brasileiros que gostariam de reverter as relações com Angola ao tempo em que ela foi o maior fornecedor de escravos para o Brasil. Em alguns casos, a hostilidade tinha motivos mesquinhos. A história de que eu reconheci o governo sem instruções é uma tolice. Eu não seria maluco de fazer uma coisa dessas. Isso foi inventado por um diplomata que trabalhava no Departamento de África do Itamaraty. Foi ele quem passou a mentira ao SNI e a um jornalista. Enquanto isso, o cônsul americano em Luanda, antes de voltar para Washington, me disse que, se o Brasil reconhecesse o MPLA, estaria certo. Ele conhecia a situação de Angola e agora o Kissinger admitiu que os diplomatas americanos que discordavam dele sabiam o que estavam dizendo.

Considerações Finais

A imprensa foi a face visível dos conflitos que se deram no interior do próprio grupo hegemônico. No processo de formulação da ação política externa, a imprensa figura como importante segmento e no contexto autoritário do regime que se seguiu ao golpe civil-militar de 1964, os veículos de informação tiveram uma atuação extremamente importante no que tange à busca desse regime em instituir uma legitimidade e administrar uma coalizão entre os setores da sociedade brasileira.

No entanto, qual a atuação efetiva da pressão da opinião pública no governo Geisel? É importante ressaltar que a imprensa, dentro do contexto autoritário – mesmo no início do processo de distensão controlada para a redemocratização –, representava o

espaço de embate das forças que se desenvolviam dentro da classe dominante, interferindo, de alguma maneira, nos reflexos das decisões em política externa e no próprio projeto político interno.

Naquele momento de maior protagonismo da política externa brasileira, o noticiário internacional também se tornaria um espaço de debates, cuidadosamente articulado por Geisel e Golbery e reconhecido pelos grupos que compunham a própria base de sustentação do governo, bem como pela oposição. Desde o início, o Pragmatismo teve que ser legitimado internamente diante de um público que variava da linha dura àquele mais moderado do regime militar, assim como diante aos diversos grupos de interesse com capacidade de expressar suas demandas através dos meios de informação.

É importante destacar, ainda, que o reconhecimento do governo português após o Movimento de 25 de abril e da independência de Angola sob o governo marxista de Agostinho Neto não teve a unanimidade do Conselho de Segurança Nacional. Este órgão tinha uma linha política muito próxima ao pensamento da chamada linha-dura, refratária a qualquer aproximação com países que manifestassem um ideário marxista, mesmo que isto fosse a expressão dos objetivos estratégicos e econômicos do país. No caso de Angola, isto foi mais evidente, visto que membros do próprio partido do governo se posicionaram contrariamente ao reconhecimento "precoce" de um governo marxista.

A imprensa publicou inúmeros artigos criticando, principalmente, o Itamaraty, na figura de seu chefe, o chanceler Azeredo da Silveira e conseguiu, efetivamente, interferir na instituição, ainda que posteriormente ao fato consumado do reconhecimento, com o afastamento de Ovídio de Andrade Melo e de um certo freio nas relações com o novo país. A embaixada brasileira, apesar dos esforços do então Representante Especial, somente seria constituída em janeiro de 1976, sem a presença do articulador brasileiro. Este talvez seja o aspecto em que fica mais clara a divergência entre os que colocam a imprensa como um ator importante na luta contra o regime militar ao lado de forças progressistas, no período da transição democrática, e os que ressaltam o seu papel de porta-voz de interesses de grupos políticos diversos, inclusive, de forças retrógradas.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “A Ditadura Militar em Tempo de Transição (1974-1985)”. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org). **Democracia e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2006.

BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI: O retrato do monstro de cabeça oca**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 1988.

CARVALHO, Juvenal de. **Revista Veja: um olhar sobre a independência de Angola**. São Paulo, Gandalf, 2009.

CERVO, Amado Luiz (Org.). **O desafio internacional**. A política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília, Ed. UnB, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1997.

FROTA, Sylvio. **Ideais traídos**. 2. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006.

GARCIA, Eugênio Vargas. **O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989)**. Revista Brasileira de Política Internacional, 40 (1), 1997, p. 18-40.

GÓES, Walter de.

GONÇALVES, Williams e MIYAMOTO, Shiguenoli. **Os militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, p. 211-246. Disponível em http://http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=26. Acesso em 12 de janeiro de 2009. 21:15.

MACARINI, José Pedro. **Governo Geisel: transição político-econômica?** Um ensaio de revisão. Texto para Discussão. IE-UNICAMP, Campinas, n. 142, maio de 2008.

MELO, Ovídio de Andrade. **Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty: relatos de política externa de 1948 a atualidade**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MELO, Ovídio de Andrade. “O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975”. In: *Comunicação & Política*, n.s, v. VII, n. 2, p. 75-165.

NASSER, Felipe. “Embaixador Ovídio de Andrade Melo, o Juca”. *Revista Juca. Diplomacia e Humanidades*, ano 2, n. 2, 2008. p. 19-20.

Ovídio de Andrade Melo entrevista a Beatriz Bissio, **Revista África21**, n. 32, agosto/2009.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Relações exteriores do Brasil III (1964-1990): do Regime Militar à "Nova República"**. Petrópolis, Vozes, 2010. (Coleção Relações Internacionais)

PINHEIRO, Letícia. "**Ao vencedor, as batatas**": o reconhecimento da independência de Angola. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 39, janeiro-junho de 2007, p. 83-120.

_____. **Política externa brasileira**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

_____. **Unidades de Decisão e Processo de Formulação de Política Externa durante o Regime Militar**. In ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.), Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): Prioridades, atores e políticas. São Paulo, Annablume/NUPRI/USP, 2000.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África**: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília, Ed. UNB, 1996.

_____. **Um momento especial nas relações Brasil-Angola**: do reconhecimento da independência aos desdobramentos atuais. In: Selma Pantoja e José Flávio Sombra Saraiva (Orgs.). Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Entre a retórica e o realismo**: o peso da política exterior do Brasil de Vargas a Lula (1954-2005). In: José Flávio Sombra Saraiva e Amado Luiz Cervo (Org.). O crescimento das Relações Internacionais no Brasil. Brasília, IBRI, 2005.

SPEKTOR, Matias. **Origens e direção do pragmatismo ecumênico e responsável (1974-1979)**. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Julho-Dezembro, 2004, vol. 47, n. 2, IBRI, p. 191-222.

_____. **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2009.

STOCKWELL, John. **In search of enemies**. New York, W.W. Norton, 1978.

VIZENTINI, Paulo F. **A política externa do regime militar brasileiro**: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1998.

_____. **Relações internacionais do Brasil**: de Vargas a Lula. São Paulo, Perseu Abramo, 2003.